



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

INTRODUÇÃO
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("Companhia" ou "CART") apresenta aos seus investidores, credores e ao mercado em geral o Relatório de Resultados referente ao quarto trimestre de 2025.

As informações financeiras e operacionais a seguir apresentadas, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os valores e dados que não constam nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas não foram objeto de revisão ou auditoria pelos auditores independentes. Nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declarou que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, as informações contidas no relatório emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda., bem como as respectivas demonstrações financeiras relativas ao exercício aqui apresentado.

As demonstrações financeiras da Controladora e Consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicadas de forma consistente com as principais práticas contábeis descritas nas notas explicativas das demonstrações financeiras.

As informações financeiras e operacionais, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em bases consolidadas, em milhares de reais, e as comparações referem-se ao mesmo período do exercício anterior.

As informações consolidadas incluem, quando aplicável, dados proporcionais de controladas em conjunto. As informações não financeiras, bem como demais informações operacionais apresentadas neste release, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos deste release podem apresentar pequenas variações decorrentes de arredondamentos.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO
É com grande satisfação que apresentamos os resultados do período, que reforçam a consistência e a assertividade dos pilares estratégicos da CART - Concessionária Auto Raposo Tavares. O desempenho operacional e financeiro demonstra a solidez do nosso modelo de negócio, a eficiência da gestão e a evolução sustentável da Companhia.

Registramos crescimento da Receita Líquida de 9,1%, alcançando R\$ 795,6 milhões, impulsionado principalmente pela evolução do tráfego total, que atingiu 68,5 milhões de veículos, com crescimento de 4,1% em relação ao ano anterior, além da atualização contratual das tarifas. O EBITDA Ajustado somou R\$ 488,9 milhões, com avanço de 12,9%, refletindo expansão de margem e a capacidade da Companhia de converter crescimento operacional em geração consistente de caixa. O EBIT apresentou crescimento ainda mais expressivo, totalizando R\$ 257,6 milhões, com alta de 25,2%, evidenciando ganhos de eficiência operacional e maior aproveitamento operacional do negócio.

A disciplina na gestão de custos permaneceu como um dos principais diferenciais da CART. As iniciativas de controle, otimização de processos e aumento de produtividade resultaram em redução de 6,9% nos custos, contribuindo de forma relevante para a melhoria da rentabilidade. Como consequência, o Lucro Líquido atingiu R\$ 78,2 milhões, representando um crescimento expressivo de 253,6% em relação a 2024, quando havia sido registrado R\$ 22,1 milhões, reforçando o fortalecimento da estrutura financeira da Companhia.

Mantivemos um ritmo consistente e responsável de investimentos, com CAPEX ajustado em -13,1%, direcionado prioritariamente à conservação, manutenção e melhoria da infraestrutura rodoviária sob concessão. Os investimentos realizados seguem focados na segurança viária, na qualidade dos serviços prestados e no conforto dos usuários, contribuindo para a fluidez do tráfego, a mitigação de riscos operacionais e o pleno cumprimento das obrigações contratuais junto ao Poder Concedente.

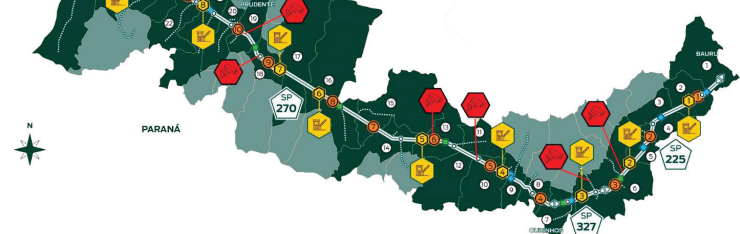
Na esfera regulatória e institucional, a CART manteve atuação transparente, técnica e colaborativa junto aos órgãos reguladores, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e a sustentabilidade de longo prazo da operação. Essa conduta responsável é fundamental para a continuidade dos investimentos e para a geração de valor aos stakeholders.

Avançamos também de forma consistente em nossa agenda ESG, com o fortalecimento da cultura de segurança, ética e integridade, além de iniciativas voltadas ao desenvolvimento social nas regiões atendidas. A redução dos indicadores de acidentes, o aprimoramento do relacionamento com a sociedade e a atuação responsável nas questões ambientais reafirmam nosso compromisso com uma operação segura, sustentável e alinhada às melhores práticas do setor de concessões rodoviárias. Por fim, destacamos que os resultados alcançados refletem o empenho e a dedicação de nossos colaboradores, bem como a confiança dos usuários, parceiros institucionais, credores e demais partes interessadas. Seguimos firmes no compromisso com a excelência operacional, a disciplina financeira e a geração de valor sustentável ao longo de todo o período da concessão, consolidando a CART como um ativo estratégico para a mobilidade e o desenvolvimento regional.



A COMPANHIA
A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART é uma empresa controlada pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A. - IBH II, sociedade de propósito específico cujo objeto social consiste exclusivamente na administração, operação, manutenção e exploração do corredor rodoviário denominado Raposo Tavares, concedido pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP).

A CART detém, até 2039, a concessão para exploração das rodovias estaduais SP-225 - João Batista Cabral Rennó, SP-327 - Orlando Quagliato e SP-270 - Raposo Tavares, totalizando aproximadamente 834 quilômetros de extensão, no trecho compreendido entre os municípios de Bauru e Presidente Epitácio, no estado de São Paulo.

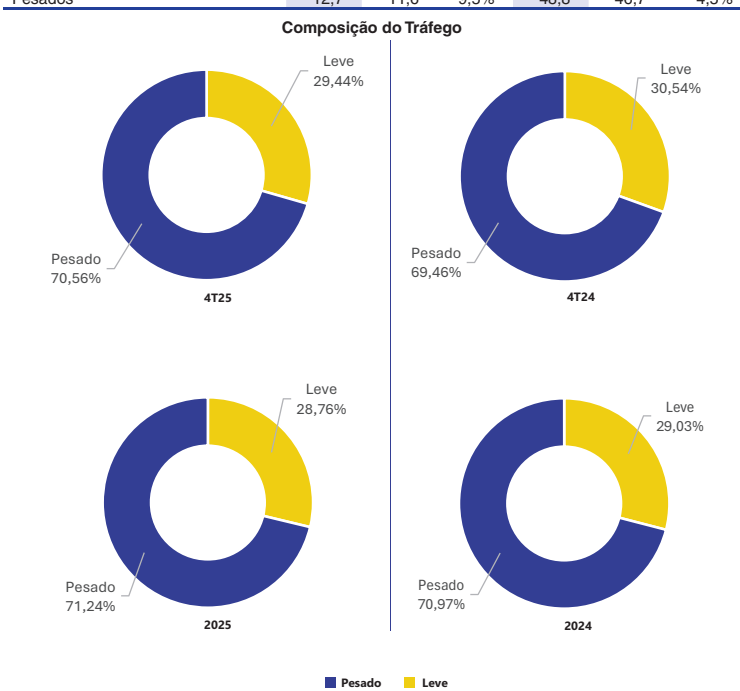


As rodovias administradas pela CART atravessam 34 municípios, conectando-se à SP-280 - Rodovia Castelo Branco e estabelecendo ligações estratégicas com os estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná. Esse corredor desempenha um papel fundamental no escoamento da produção agroindustrial, bem como no transporte de bens e pessoas, contribuindo de forma relevante para a integração logística, econômica e social das regiões atendidas e do país.

DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (mil)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Total	18,0	16,7	7,8%	68,5	65,8	4,1%
Leves	5,3	5,1	3,9%	19,7	19,1	3,1%
Pesados	12,7	11,6	9,5%	48,8	46,7	4,5%



No 4T25, os veículos pesados representaram 70,56% do tráfego total em veículos equivalentes da CART, enquanto os veículos leves corresponderam a 29,44%. O crescimento de 9,48% no tráfego de veículos pesados foi impulsionado, principalmente, pelo desempenho do transporte de cargas agrícolas e industriais, com destaque para o escoamento de produtos do agronegócio e da indústria regional, além da manutenção de níveis elevados de atividade logística nos corredores atendidos pela concessão. No acumulado de 2025, os veículos pesados representaram 71,24% do tráfego total da CART, mantendo-se apresentando um aumento de 4,50% em relação ao ano anterior. Esse desempenho reflete a resiliência e a consistência do transporte de cargas, sustentadas por setores estratégicos da economia e pela confiabilidade da infraestrutura viária operada pela Companhia. Já o tráfego de veículos leves foi positivamente impactado por fatores sazonais e pelo aumento da mobilidade regional.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veic. Equiv.)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Tarifa Média	11,19	10,71	4,5%	10,94	10,42	5,0%

Tarifa por Praça

	2025	2024
Piratinga	10,20	9,70
Santa Cruz do Rio Pardo	9,90	9,40
Quirinhos	10,30	9,90
Palmital	12,20	11,60
Assis	12,70	12,10
Rancharia	10,40	9,90
Regente Feijó	10,40	9,90
Presidente Bernardes	13,70	13,00
Caiuá	10,30	9,80

A tarifa média registrada pela CART foi de R\$ 11,19 no 4T25, representando uma variação de 4,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado de 2025, a tarifa média atingiu R\$ 10,94, com crescimento de 4,68% na comparação anual.

A evolução tarifária nas praças de pedágio sob concessão da CART reflete, principalmente, a variação do IPCA acumulado no período, conforme previsto no contrato de concessão. Adicionalmente, eventuais variações acima da inflação decorrem de reajustes econômico-financeiros, acionados em função de alterações nas condições originalmente pactuadas, incluindo ajustes regulatórios e contratuais aprovados pelo Poder Concedente.

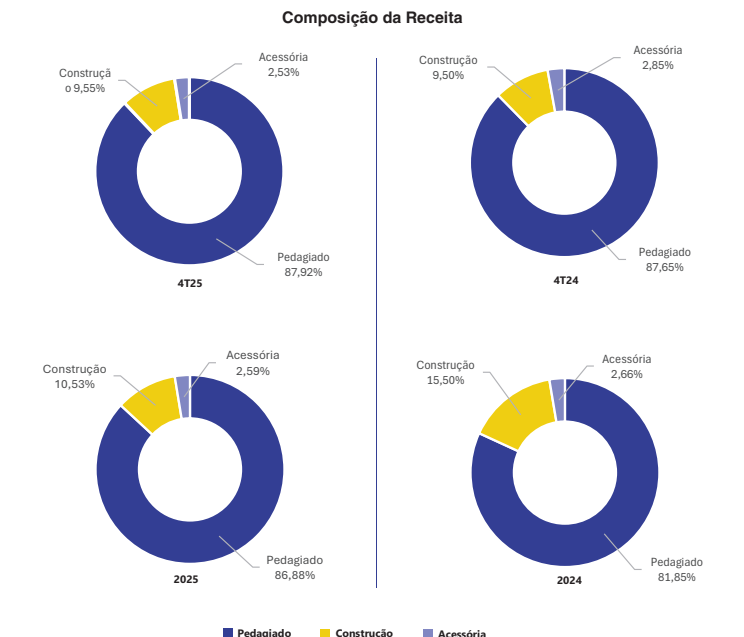
Atualmente, a tarifa praticada em cada uma das nove praças de pedágio da CART está indicada na última tabela tarifária. A diferença entre a tarifa praticada e a tarifa média registrada decorre da composição do tráfego, da ponderação por tipo de veículo e das características específicas de cada praça, refletindo adequadamente a dinâmica operacional e regulatória da concessão.

O reajuste tarifário ocorre anualmente, com data-base em maio (5,32%) e tem sua vigência aplicada em julho, em linha com as disposições contratuais e regulatórias aplicáveis, assegurando a recomposição inflacionária e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Mil (R\$)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita Bruta	229.627	203.445	12,9%	862.056	836.974	3,0%
Receita de Pedágio	201.889	178.316	13,2%	748.966	685.055	9,3%
Receita de Construção	21.936	19.331	13,5%	90.734	129.692	-30,0%
Receita Acessória	5.802	5.798	0,1%	22.356	22.227	0,6%
Deduções	(17.909)	(15.872)	12,8%	(66.464)	(61.160)	8,7%
Receita Operacional Líquida	211.718	187.573	12,9%	795.592	775.814	2,5%
Receita Operacional Líquida Ajustada	189.782	168.242	12,8%	704.858	646.121	9,1%



Receita de Pedágio
A Receita de Pedágio da CART totalizou R\$ 201.889 mil no 4T25, representando um crescimento de 13,2% em comparação ao 4T24. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pelo maior volume de tráfego nas rodovias sob concessão, com destaque para a evolução do tráfego de veículos pesados, além dos reajustes tarifários aplicados no período, conforme previsto contratual.

No trimestre, a composição da receita refletiu a dinâmica operacional da concessão, com predominância do tráfego de cargas, em linha com o perfil logístico do corredor atendido pela CART e com a relevância da rodovia para o escoamento da produção regional.

No acumulado de 2025, a Receita de Pedágio alcançou R\$ 748.966 mil, apresentando alta de 9,3% em relação a 2024. O resultado reflete os mesmos vetores observados no desempenho trimestral, combinando crescimento do tráfego, especialmente de veículos pesados, e a aplicação dos reajustes tarifários contratuais, assegurando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A Receita de Construção da CART totalizou R\$ 21.936 mil no 4T25, representando um aumento de 13,5% em relação ao 4T24. No acumulado de 2025, a Receita de Construção atingiu R\$ 90.734 mil, registrando queda de 30,0% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Essa linha de receita é registrada exclusivamente para fins contábeis, em conformidade com as normas aplicáveis, não gerando impacto no caixa da Companhia, uma vez que possui contrapartida equivalente nos Custos dos Serviços de Construção.

A Receita Acessória da CART totalizou R\$ 5.802 mil no 4T25, apresentando variação de 0,1% em relação ao 4T24. No acumulado de 2025, a Receita Acessória somou R\$ 22.356 mil, refletindo a evolução das atividades complementares à operação principal da concessão.

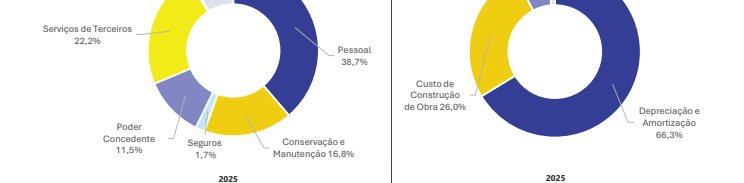
O desempenho dessa linha de receita foi impulsionado, principalmente, pela exploração de serviços acessórios, como a locação de fibra, ocupação da faixa de domínio e demais receitas previstas contratualmente, reforçando a diversificação das fontes de receita da Companhia e a geração de valor adicional sem impacto relevante na estrutura de custos.

CUSTOS E DESPESAS

Mil (R\$)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(51.647)	(63.493)	-18,7%	(204.461)	(205.073)	-0,3%
Pessoal	(20.322)	(17.075)	19,0%	(78.174)	(68.021)	33,4%
Conservação e Manutenção	(7.580)	(8.581)	-11,7%	(33.898)	(29.867)	13,5%
Seguros	(813)	(700)	16,1%	(3.486)	(3.597)	-3,1%
Poder Concedente	(6.231)	(5.523)	12,8%	(23.140)	(21.281)	8,7%
Serviços de Terceiros	(12.153)	(12.537)	-3,1%	(44.863)	(46.770)	-4,1%
Locações de Máquinas e Imóveis	(294)	(156)	88,6%	(832)	(1.014)	-18,0%
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(4.254)	(18.921)	-77,5%	(20.067)	(34.523)	-41,9%
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(86.248)	(81.164)	6,3%	(348.798)	(388.936)	-10,3%
Depreciação e Amortização	(52.966)	(58.138)	-8,9%	(231.273)	(227.174)	1,8%
Custo de Construção de Obra	(21.936)	(19.331)	13,5%	(90.734)	(129.692)	-30,0%
Provisão de Manutenção	(4.729)	(4.923)	-3,9%	(22.451)	(18.404)	22,0%
Provisão para Contingências	(6.616)	1.228	-638,8%	(4.340)	(13.666)	-68,2%
Custos e Despesas Operacionais	(137.895)	(144.657)	-4,7%	(553.258)	(594.009)	-6,9%

No 4T25, os custos e despesas operacionais da CART totalizaram R\$ 137.895 mil, representando uma queda de 4,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado de 2025, esses custos somaram R\$ 553.258 mil, registrando redução de 6,9% na comparação com 2024.

A variação observada no trimestre está relacionada, principalmente, à queda de Outras Despesas Operacionais, em razão de despesas não recorrentes incorridas no mesmo período do ano anterior. Desconsiderando os efeitos não caixa, os custos e despesas operacionais com impacto caixa totalizaram R\$ 51.647 mil no 4T25, representando uma queda de 18,7% em relação ao 4T24. No acumulado de 2025, esses custos somaram R\$ 204.461 mil, apresentando queda de 0,3% frente ao mesmo período do ano anterior, refletindo aumento em custos e contratos atrelados à inflação e a disciplina na gestão operacional.



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

Mil (R\$)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Lucro ou Prejuízo Líquido	31.163	5.925	426,0%	78.169	22.109	253,8%
(+) Depreciação e Amortização	(52.966)	(58.138)	-8,9%	(231.273)	(227.174)	1,8%
(+) Resultado Financeiro	(18.963)	(35.851)	-47,1%	(113.550)	(142.934)	-20,6%
(+) IR e CSLL	(15.389)	(6.703)	129,6%	(43.478)	(22.324)	94,8%
EBITDA RCVM 158/22	118.481	106.617	11,1%	466.470	414.541	12,5%
Margem EBITDA (%)	51,80%	52,41%	-1,5%	54,11%	49,53%	9,3%
(+) Provisão de Manutenção	(4.729)	(4.923)	-3,9%	(22.451)	(18.404)	22,0%
EBITDA Ajustado	123.210	111.540	10,5%	488.921	432.945	12,9%
Margem EBITDA Ajustado (%)	64,92%	66,30%	-2,1%	69,36%	67,01%	3,5%

No 4T25, o EBITDA da CART totalizou R\$ 118.480 mil, representando um crescimento de 11,1% em relação ao 4T24. A margem EBITDA atingiu 51,6%, com recuo de 1,5 pontos percentuais na comparação trimestral. Essa leve variação apenas reflete de maneira sensível o aumento da Receita de Pedágio x Custos e Despesas Operacionais.

No acumulado de 2025, o EBITDA somou R\$ 466.469 mil, registrando aumento de 12,5% em relação a 2024. O crescimento está relacionado, sobretudo, ao controle e estabilização dos custos e despesas da empresa, em frente ao aumento real do tráfego que proporcionou aumento da receita.

O EBITDA Ajustado, métrica considerada pela Companhia como a mais representativa da geração de caixa operacional, totalizou R\$ 123.209 mil no 4T25, apresentando alta de 10,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, com margem EBITDA Ajustada de 54,6%, queda de 2 pontos percentuais comparado ao trimestre do ano anterior. A variação negativa decorre por mudança sazonal dos gastos.

No acumulado de 2025, o EBITDA Ajustado atingiu R\$ 488.920 mil, registrando aumento de 12,9% frente a 2024, refletindo os mesmos fatores já mencionados sobre o EBITDA acumulado deste ano.

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Mil (R\$)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Depreciação e Amortização	(52.966)	(58.138)	-8,9%	(231.273)	(227.174)	1,8%

A depreciação e amortização da CART totalizou R\$ 52.966 mil no 4T25, representando uma queda de 8,9% em relação ao 4T24. No acumulado de 2025, o valor registrou R\$ 231.273 mil, registrando crescimento de 1,8% frente ao mesmo período do ano anterior.

RESULTADO FINANCEIRO

Mil (R\$)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Resultado Financeiro	(18.963)	(35.852)	-57,1%	(113.550)	(142.934)	-20,5%
Receitas Financeiras	54.090	5.561	-1728,7%	88.341	16.253	443,5%
Juros sobre Aplic. Financeiras	40.357	5.302	-1227,3%	73.719	14.883	395,3%
Outros	13.733	259	5202,3%	14.622	1.370	967,3%
Despesas Financeiras	(73.053)	(41.413)	78,6%	(201.891)	(159.187)	26,8%
Comissões e Desp. Bancárias	(36)	(59)	-38,9%	(156)	(245)	-36,3%
Variação Monetária Passiva	(16.722)	(18.841)	-11,2%	(63.945)	(62.340)	2,57%
Juros sobre Debêntures	(49.896)	(22.476)	64,6%	(127.860)	(88.624)	44,3%
Outros	(6.399)	(37)	-177,0%	(9.930)	(7.978)	24,4%

A CART registrou resultado financeiro negativo de R\$ 18.963 mil no 4T25, representando um queda de 57,1% em relação ao 4T24. No acumulado de 2025, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 113.550 mil, registrando queda de 20,5% frente ao mesmo período do ano anterior.

Esse desempenho decorre, principalmente, do aumento das receitas financeiras. Adicionalmente, o crescimento das despesas financeiras está associado à nova captação de debêntures concluída em agosto de 2025. Esses fatores pressionaram o custo médio da dívida e ampliaram o impacto financeiro registrado no resultado.

Da mesma forma, o crescimento das receitas financeiras no período refletiu a maior disponibilidade de caixa, aliada à elevação do CDI na comparação com o 4T24, mitigando o impacto do aumento das despesas financeiras.

IR e CSLL

Mil (R\$)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
IR e CSLL	(15.389)	(6.702)	129,6%	(43.478)	(22.324)	94,8%
Corrente	(14.036)	(5.599)	150,7%	(36.904)	(18.650)	97,9%
Diferido	(1.353)	(1.103)	22,6%	(6.574)	(3.674)	78,9%

No 4T25, a CART contabilizou despesa de R\$ 15.389 mil com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), representando um aumento de 129,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento é explicado, principalmente, pelo maior lucro antes dos impostos registrado no período, decorrente do melhor desempenho operacional da Companhia.

No acumulado de 2025, a despesa com IR e CSLL totalizou R\$ 43.477 mil, registrando variação de 94,8% na comparação anual. Este aumento segue a mesma justificativa do aumento quando visto apenas trimestralmente.

RESULTADO LÍQUIDO

Mil (R\$)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Resultado Líquido	31.163	5.925	426,0%	78.169	22.109	253,8%

No 4T25, a CART registrou resultado líquido positivo de R\$ 31.163 mil, refletindo, principalmente, o alto controle dos custos e despesas da companhia, além de uma queda brusca da despesa com o resultado financeiro. Esses fatores contribuíram para um resultado contábil favorável, enquanto a Companhia segue apresentando melhora na performance operacional, enquanto há um crescimento real do tráfego.

No acumulado de 2025, o resultado líquido foi positivo em R\$ 78.169 mil, influenciado pelos mesmos elementos observados no desempenho do terceiro trimestre, somados a estabilização da depreciação e amortização, quando comparado ao ano anterior.

ENDIVIDAMENTO

Mil (R\$)	4T25	4T24	p.p.%
Dívida Bruta	2.347.735	1.157.766	102,8%
Curto Prazo	104.165	34.514	201,8%
Longo Prazo	2.243.570	1.123.252	99,7%
Posição de Caixa			



Para 2026, está previsto investimento em manutenção e implantação de 10 km de cercas direcionadoras, reforçando o compromisso da CART com a proteção da fauna, a integridade dos ecossistemas e a segurança dos usuários da rodovia.

GESTÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA

A CART realiza a gestão da qualidade da água em todas as suas estruturas que dispõem de pontos de abastecimento alternativo, provenientes de poços. As avaliações são conduzidas de forma sistemática, com o objetivo de assegurar o cumprimento da Portaria GM/MS nº 888/2021, norma essencial para garantir que a água destinada ao consumo humano seja segura, potável e adequada à saúde pública.

A referida Portaria estabelece padrões de potabilidade, define parâmetros de controle e vigilância, atribui responsabilidades aos prestadores de serviço e ao poder público, além de apresentar diretrizes para a prevenção e gestão de riscos sanitários associados à qualidade da água.

Com foco na transparência e no controle social, os laudos de potabilidade estão disponíveis para consulta por todos os usuários, por meio da leitura de QR Code afixados em todos os bebedouros, bem como no site institucional da concessionária.

Atualmente, a CART realiza o monitoramento mensal de 32 pontos de abastecimento, garantindo o acompanhamento contínuo da qualidade da água e o atendimento às exigências legais vigentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS
PERSPECTIVA E PLANOS

A CART segue comprometida com a excelência na gestão de suas rodovias, essenciais para a fluidez do transporte de cargas entre São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná, garantindo qualidade e segurança aos usuários. Nos últimos anos, importantes investimentos foram concluídos, incluindo a duplicação de trechos, a construção de alças de acesso e retorno, além de viadutos e passarelas.

Além das melhorias na infraestrutura, a Companhia consolidou e aprimorou iniciativas estratégicas, como o programa ESG, que fortalece seu compromisso com a sustentabilidade, e o INOVACART, voltado para a inovação. Com uma gestão focada em evolução contínua, a CART reafirma seu papel como referência no setor rodoviário.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2025: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações financeiras anuais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar a entidade que lhe presta serviços; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que

possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtem dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

CONSIDERAÇÕES

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 80/22)

A Diretoria da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Bauru, 27 de fevereiro de 2026

Presidente - CEO
Henrique Avila

Diretor de Relações com Investidores
Gilson Carvalho

ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Demonstração do Resultado - mil (R\$)	4T25	4T24	Δ%	2025	2024	Δ%
Receita Operacional Líquida	211.718	187.573	12,87%	795.592	775.814	2,55%
Custo dos serviços prestados	(125.330)	(121.912)	2,80%	(493.582)	(514.626)	-4,09%
Lucro Bruto	86.388	65.661	31,57%	302.010	261.188	15,63%
Gerais e administrativas	(13.628)	(17.109)	-20,35%	(59.676)	(79.383)	-24,83%
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(7.245)	(73)	9824,66%	(7.138)	5.562	-228,34%
Resultado Operacional	65.515	48.479	35,14%	235.196	187.367	25,53%
Receitas financeiras	54.090	5.561	872,67%	88.341	16.253	443,54%
Despesas financeiras	(73.053)	(41.413)	76,41%	(201.891)	(159.187)	26,83%
Resultado antes do IRPJ e CSLL	46.551	12.629	268,61%	121.646	44.433	173,77%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14.036)	(5.599)	150,69%	(36.904)	(18.650)	97,88%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.352)	(1.104)	22,46%	(6.574)	(3.674)	78,91%
Resultado do Período	31.163	5.925	425,97%	78.169	22.109	253,56%

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo - mil (R\$)	2025	2024	Passivo - mil (R\$)	2025	2024
Ativo Circulante			Passivo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	373.010	91.034	Fornecedores	23.328	24.939
Aplicação Financeira Vinculada	51.025	9.984	Debêntures	104.165	34.514
Contas a receber	49.192	43.205	Outras Contas a pagar	1.178	335
Estoques	4.808	5.816	Tributos a recolher	8.332	6.598
Tributos a recuperar	6.481	990	IRPJ e CSLL a recolher	1.156	643
			Obrigações com empregados e admin.	10.739	10.855
IRPJ e CSLL a recuperar	1.181	1.828			
Adiantamentos a fornecedores	60.436	8.229	Credor pela Concessão	2.113	1.929
Outros	960	-	Partes relacionadas	1.272	1.313
			Receita Acessória Antecipada		
Total do Circulante	547.093	161.086			
			Antecipada	10.721	10.335
Ativo Não Circulante			Passivo de arrendamento	5.752	2.952
Impostos diferidos ativos	415.920	422.494	Provisão para manutenção	27.886	27.886
Tributos a recuperar	8.712	9.039	Total do Circulante	196.642	122.299
Debêntures	1.013.677	-			
Depósitos judiciais	-	-	Passivo Não Circulante		
Outros	9	9	Passivo de arrendamento processuais	14.495	4.179
			Debêntures	2.243.570	1.123.252
Imobilizado	17.532	26.328	Provisão para riscos processuais	-	-
Infraestrutura em andamento	3.099	1.687	Receita Acessória Antecipada	55.047	58.145
Intangível	2.252.814	2.370.251	Receita Acessória Antecipada	25.047	27.268
Total do Não Circulante	3.711.763	2.829.809	Provisão para manutenção	71.857	46.868
			Total do Não Circulante	2.410.616	1.259.712
			TOTAL DO PASSIVO	2.410.616	1.259.712
			Patrimônio Líquido		
			Capital social	1.586.775	2.451.400
			Reserva Legal	3.908	-
			Reserva de Lucros	61.515	-
			Prejuízos Acumulados	-	(842.517)
			Total do Patrimônio Líquido	1.652.198	1.608.883
			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.258.856	2.990.894

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	8	373.010	91.034
Aplicações financeiras vinculadas	9	51.025	9.984
Contas a receber	10	49.192	43.205
Estoques	11	4.808	5.816
Tributos a recuperar	12.a	6.481	990
IRPJ e CSLL a recuperar	12.b	1.181	1.828
Adiantamentos de fornecedores	17.b	60.436	8.229
Partes relacionadas	13	960	-
Total do ativo circulante		547.093	161.086
NÃO CIRCULANTE			
Impostos diferidos ativos	12.c	415.920	422.494
Debêntures privadas	16	1.013.677	-
Depósitos judiciais	20.d	8.712	9.039
Outros	9	9	9
Realizável a Longo Prazo		1.438.318	2.370.251
Imobilizado	14	17.532	26.328
Infraestrutura em construção	15	3.099	1.687
Intangível	15	2.252.814	2.370.251
Total do ativo não circulante		3.711.763	2.829.809

TOTAL DO ATIVO 4.258.856 2.990.894

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS

CONTEXTO OPERACIONAL: A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("CART" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil e constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, cuja vida útil está associada ao prazo determinado no contrato de concessão. A Companhia não possui ações de sua emissão negociadas publicamente. A sede da Companhia está localizada na Avenida Iсса Marar 2-200 em Bauru, Estado de São Paulo. O objeto da concessão compreende a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e controle dos serviços complementares, por prazo determinado, mediante a cobrança de tarifas de pedágio reajustadas anualmente, com data base no mês de julho, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA no período e de fontes alternativas de receita, desde que previamente aprovadas pela Agência de Transportes do Estado de São Paulo ("ARTESP"), que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia, de suas faixas de domínio e publicidade. O trecho concedido é um conjunto de pistas de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos contidos, compreendendo: I. SP-270, Rodovia Raposo Tavares: início do trecho no Km 381+703, no entroncamento com a SP-327, Km 32+433, Ourinhos; final do trecho no Km 654+730, Presidente Epitácio, na divisa com Mato Grosso do Sul. II. SP-225: início do trecho no Km 235+040, no entroncamento com a SP-300, Km 386+735, Bauru; final do trecho no Km 317+800, no entroncamento com a SP-327, Km 0+000, Santa Cruz do Rio Pardo, III. SP-327: início do trecho no Km 0+000, no entroncamento com a SP-225, Km 317+800, Santa Cruz do Rio Pardo; final do trecho no Km 32+443, no entroncamento com a SP-270, Km 381+703, e entroncamento com a BR-153, Km 338+361, Ourinhos. A assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária foi realizada em 16 de março de 2020, após homologação dos resultados do leilão pelo Poder Concedente. O prazo de concessão é de 30 anos, contados a partir de 16 de março de 2009, data da transferência do controle do sistema existente e de assinatura do Termo de Contrato da Concessão Rodoviária, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão. A operação iniciou com duas praças de pedágio existentes na rodovia em 17 de março de 2009, em 15 de dezembro de 2009 três novas praças de pedágio iniciaram a operação, em 16 de dezembro de 2009 outras três novas praças iniciaram a operação e em 17 de dezembro de 2009 três novas praças iniciaram a operação desativando as duas entregues inicialmente, todas as operações de pedágio em operação. Em 2025, a Companhia retornou ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. TERMO ADITIVO MODIFICATIVO: Na data de 17 de dezembro de 2022 foi assinado o Termo Aditivo Modificativo (TAM) coletivo nº 02/2022 ARTESP-PRC-2022/04426 (TAM). O TAM tem por objeto a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, em razão da frustração de receita bruta causada pela não aplicação do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indicador tarifário contratado em 2021 e 2022 no momento determinado pelo Contrato de Concessão, bem como a atualização das tarifas de pedágio em função da variação do custo da energia elétrica em função da taxa de inflação de 2021 e 2022. Os pagamentos foram realizados pelo Poder Concedente no último dia útil dos meses de agosto, outubro e dezembro de 2022, até a aplicação efetiva do reajuste tarifário referente ao exercício de 2021-2022 vigente a partir do dia 16 de dezembro de 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE (COM RELAÇÃO ÀS NORMAS IFRS E PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL): As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS Accounting Standards") emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ("CPC") e pela Comissão de Valores Mobiliários - ("CVM"). A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 27 de fevereiro de 2026.

3. BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

4. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

5. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: (i) determinação de provisões para manutenção - nota explicativa nº 22; (ii) provisões para riscos processuais - nota explicativa nº 20; (iii) elaboração de projetos para teste de redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos não financeiros relacionados à concessão e de realizações dos ativos fiscais diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, estão relacionadas à probabilidade de eventos futuros - nota explicativa nº 12 e 15. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas e premissas são reconhecidas no exercício em que os custos da prestação de serviços de projetos afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: (i) Julgamentos: Contabilização do contrato de concessão: Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 01 (R1) e International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC 12, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão. Momento de reconhecimento do ativo intangível: A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita são reconhecidos na concessão. Determinação das receitas de construção: De acordo com CPC 4.7 IFRS 15, quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada, pelo valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico "Percentage of Completion - POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, conforme nota explicativa nº 25. Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão: A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou reposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras, conforme nota explicativa nº 20. O provisionamento é realizado com base na estimativa atualizada dos gastos para o próximo ciclo, o qual ocorre, em média, a cada cinco anos. Provisão para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios: A Companhia reconhece provisão para demandas judiciais tributárias, regulatória, civis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para refletir as alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 20. Imposto diferido: O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 12. Redução ao valor recuperável ("impairment"): Ativos não financeiros são perdidos com contas a receber de clientes (e ativos de contrato) são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento (abordagem simplificada). Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e disponíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas ("forward-looking"). Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE			
Fornecedores	17.a	23.328	24.939
Debêntures	18	104.165	34.514
Outras contas a pagar		1.178	335
Tributos a recolher		8.332	6.598
IRPJ e CSLL a recolher		1.156	643
Obrigações com empregados e administradores		10.739	10.855
Credor pela concessão	19	2.113	1.929
Partes relacionadas	13	1.272	1.313
Receita acessória antecipada	21	10.721	10.335
Passivo de arrendamento	23	5.752	2.952
Provisão para manutenção	22	27.886	27.886
Total do passivo circulante		196.642	122.299
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	23	14.495	4.179
Debêntures	18	2.243.570	1.123.252
Provisão para riscos processuais	20	55.047	58.145
Receita acessória antecipada	21	25.047	27.268
Provisão para manutenção	22	71.857	46.868
Total do passivo não circulante		2.410.016	1.259.712
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	24.a	1.586.775	2.451.400
Reserva legal	24.c	3.908	-
Reserva de lucros		61.515	-
Prejuízos acumulados		-	(842.517)
Total do patrimônio líquido		1.652.198	1.608.883
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.258.856	2.990.894

valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que refletem os riscos específicos. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é calculado com base no preço de venda do ativo menos custos para vendê-lo. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

6. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. 6.1 Caixa e equivalentes de caixa: Incluem os montantes de caixa, fundos e depósitos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com convertibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado. 6.2 Estoques: Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos quais o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Companhia. 6.3 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos: O imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. 6.3.1 Impostos correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo líquido do período corrente em função da Companhia apresentar lucro nos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui impostos correntes a pagar ou a receber. 6.5 Receita não tributável no ano de 2025. 6.3.2 Impostos diferidos: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de



	01/01/2024	31/12/2024	01/01/2024	31/12/2024	01/01/2024	31/12/2024	01/01/2024	31/12/2024	01/01/2024	31/12/2024
Passivo circulante										
Debêntures	127.705	-	(70.202)	(60.107)	(88.427)	88.624	5.185	37.883	40.661	
Custos a amortizar	(7.824)	7.824	-	-	-	-	-	(6.147)	(6.147)	
Total	119.881	7.824	(70.202)	(60.107)	(88.427)	88.624	5.185	31.736	34.514	
Passivo não circulante										
Debêntures	1.165.447	-	-	-	-	57.155	(37.883)	1.184.719	1.184.719	
Custos a amortizar	(67.614)	-	-	-	-	-	6.147	(61.467)	(61.467)	
Total	1.097.833	-	-	-	-	57.155	(31.736)	1.123.252	1.123.252	
Total geral	1.217.714	7.824	(70.202)	(60.107)	(88.427)	88.624	62.340	-	1.157.766	
Circulante	119.881								34.514	
Não circulante	1.097.833								1.123.252	

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2025
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,81% a.a.	15/12/2035	1.240.116
Debenturistas - Série 4	IPCA	8,53% a.a.	15/03/2036	1.246.067
(-) Custos de transação - Debêntures				(138.448)
Total				2.347.735

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2024
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,81% a.a.	15/12/2035	1.225.380
(-) Custos de transação - Debêntures				(67.314)
Total				1.158.066

Parcelas do circulante	31/12/2024
Parcelas do não circulante	2.243.570

Objeto	Indexador	Juros	Vencimento	31/12/2024
Debenturistas - Série 3	IPCA	6,81% a.a.	15/12/2035	1.225.380
(-) Custos de transação - Debêntures				(67.314)
Total				1.158.066

Parcelas do circulante	31/12/2024
Parcelas do não circulante	2.243.570

Vencimento longo prazo em 31/12/2025	31/12/2025
2027	62.002
2028	113.670
2029	164.979
2030	179.582
2031 em diante	2.243.570
Total longo prazo	2.663.803

Vencimento longo prazo em 31/12/2024	31/12/2024
2025	58.947
2026	71.431
2027	108.108
2028	123.558
2029 em diante	804.625
Total longo prazo	1.123.252

Debêntures - 3ª emissão: Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a realização da terceira emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09. Foram emitidas 105.000 debênturas, com valor nominal unitário de R\$10,00, totalizando R\$1.050.000. A emissão se deu em série única. As debêntures tem o prazo de vencimento de 170 meses, com vencimento em 15 de dezembro de 2035 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, e, em todo caso, limitado à maior taxa entre: (a) 5,65% ao ano; (b) taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ a juros semestrais 2035, com vencimento em 15 de maio de 2025, conforme apurado no dia útil imediatamente anterior à data de realização de Procedimento *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de um spread equivalente a 1,65% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro. Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 86.381 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2025 é de R\$61.468 (R\$ 67.614 em 31 de dezembro de 2024). **Debêntures - 4ª emissão:** Em reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 06 de março de 2025 (RCA da Emissora - 06.03.2025), reunião do conselho de administração da emissora realizada em 05.06.2025 (RCA da Emissora - 05.06.2025), reunião do conselho de administração da emissora realizada em 22.08.2025 (RCA da Emissora - 22.08.2025), cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o nº 8.040/025-0 em 17 de março de 2025, foi aprovada a realização da quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da Companhia, de acordo com a Instrução CVM nº 476/09. Foram emitidas 1.200 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 1.200.000. A emissão se deu em série única no dia 15 de junho de 2025. As debêntures são simples, não conversíveis em ações de espécie quirografária. As debêntures têm o prazo de vencimento de 129 meses, com vencimento em 15 de março de 2036 e com juros remuneratórios, prefixados correspondentes a determinado percentual ao ano, a ser apurado em Procedimento de *Bookbuilding*, e, em todo caso, limitado à maior taxa entre: (a) 5,65% ao ano; (b) taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ a juros semestrais 2035, com vencimento em 15 de maio de 2025, conforme apurado no dia útil imediatamente anterior à data de realização de Procedimento *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de um spread equivalente a 1,65% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir de maio de 2025 e com juros efetivos. Os encargos financeiros incorridos da captação das debêntures no montante de R\$ 30.509 estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. O saldo a apropriar em 30 de setembro de 2025 é de R\$ 76.392. As debêntures emitidas possuem como obrigação a contratação de pelo menos uma agência de classificação de risco (restando, ainda, fazer com que a agência de classificação de risco de risco atualize a respectiva classificação de risco das debêntures anualmente, a partir da data do primeiro relatório de classificação de risco, até o vencimento das debêntures. **Cláusulas restritivas:** Conforme previsto no contrato da 3ª e 4ª emissões de debêntures, os *covenants* financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, junto com as demonstrações financeiras auditadas em 31 de dezembro de cada ano. Em razão disso, a nova emissão foi concedida *waiver* alterando o índice de avançamento 3,75 para 5,0x. Os índices financeiros são:
• Dívida Líquida / EBITDA ≤ 5,0 x.
• ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) = (1) Dívida Líquida / (2) EBITDA ajustado.
(1) Dívida Líquida = soma dos débitos bancários e títulos no mercado de capitais, excluídos os subordinados e os em tesouraria, subtraído do caixa, bancos, equivalentes de caixa e aplicações financeiras. EBITDA = resultado operacional antes do pagamento de impostos, depreciação, depreciação e amortização e da receita (despesa) financeira, subtraído: impostos (IR e CSLL), variação do capital de giro e a parcela da geração de caixa relativa a investimento (investimento total - financiamentos - aporte de capital). Em relação às cláusulas restritivas contábeis e financeiras mencionadas acima, a Companhia avaliou e não há impacto nas demonstrações a ser apresentado em 31 de dezembro de 2025.

19. CREDOR PELA CONCESSÃO
O prazo da concessão da Companhia e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) têm seu término previsto para o ano de 2039. Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a Companhia assumiu os seguintes compromissos: a) Investimentos: Os principais investimentos decorrentes da concessão são: i) Duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível; ii) Construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários; iii) Construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes; iv) Implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e sinalização; v) Obras de conservação e manutenção; vi) Manutenção de equipamentos de exploração do sistema rodoviário, dos seguintes montantes: **Outorga fixa:** Valor fixo de R\$ 634.000, conforme Nota explicativa nº 15, a favor do Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP que foi liquidada integralmente em 16 de setembro de 2010. **Outorga variável:** Conforme deliberação do Conselho Diretor da ARTESP o percentual de outorga variável sobre a receita bruta foi reduzido para 1,5%, a partir do dia 31 de dezembro de 2013 até o término da concessão em 31 de dezembro de 2039. O valor de outorga variável aplicado sobre a receita bruta de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas pela Companhia. O compromisso com outorga variável a pagar, em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 2.113 (R\$ 1.929 em 31 de dezembro de 2024). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 23.140 (Em 31 de dezembro de 2024, foi pago ao Poder Concedente R\$ 21.213) referente à outorga variável. c) Garantias: A Companhia utiliza-se da contratação de seguradora para as seguintes garantias contratuais: 1. Garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. Esta garantia será liberada na proporção do cumprimento das funções de ampliação, limite máximo de indenização será de R\$ 42.440. Vigência mínima de 12 meses. 2. Garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável, no limite máximo de indenização de R\$ 214.020. Vigência de 12 meses.

20. PROVISÃO PARA RISCOS PROCESSUAIS E DEPÓSITOS JUDICIAIS
A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza trabalhista e cível. A Administração, subsidiariamente na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomadas em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo a necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.
Composição do risco:

	31/12/2025	31/12/2024
Natureza do risco	Provável	Possível
Trabalhistas	2.115	23.853
Cíveis (*)	52.661	79.960
Ambiental	271	3.936
Total	55.047	107.749

(*) A Companhia foi acionada pela Investimentos e Participações S.A. ("INVEPAR") através do procedimento arbitral 110/2022/SEC8, o qual tramita em confidentiality perante a Câmara de Comércio Brasil Canadá, a fim de discutir entendimentos diversos acerca da retenção de *Earn-out* previsto em Sales-Purchase Agreement ("SPA") firmado entre o atual acionista controlador e a INVEPAR em abril/2020 em razão da compra da Companhia.

Natureza do risco	31/12/2024	Constituição	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2025
Trabalhistas (a)	3.728	909	(539)	(1.117)	(888)	2.093
Cíveis e ambientais (b)	54.417	10.568	(6.410)	(8.653)	3.032	52.954
Total	58.145	11.477	(6.949)	(9.770)	2.144	55.047

Natureza do risco	01/01/2024	Constituição	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	31/12/2024
Trabalhistas (a)	5.199	433	(229)	(1.087)	(588)	3.728
Cíveis e ambientais (b)	44.835	30.508	(15.600)	(9.299)	3.973	54.417
Total	50.034	30.941	(15.829)	(10.386)	3.385	58.145

Movimentação dos riscos prováveis: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu no resultado de doze meses o montante de R\$ 6.672 em provisão para riscos processuais líquidos (em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R\$ 8.111). a) Riscos trabalhistas: A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros. b) Riscos cíveis: A Companhia é parte em processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário, o Procedimento Arbitral nº 2023, realizada a apuração e a compensação recíproca de débitos e créditos entre as partes, verificou-se que, em função dos ajustes realizados, a Companhia foi condenada ao pagamento à Metha S.A., onde montante de R\$ 97.410 foi pago em janeiro de 2024. d) Depósitos judiciais

Natureza Dep. Judiciais	2025	2024
Trabalhistas	644	798
Cíveis	1.014	739
Tributária	130	-
Total	8.712	9.039

Depósitos Trabalhistas - Recurso Ordinário / Recurso de Revista: Trata-se de recursos jurídicos destinados à busca de decisão favorável, revertendo a decisão anterior (sentença ou acórdão). Para ser interpostos, estes Recursos necessitam de Depósitos Judiciais para garantir parte do valor arbitrado (estipulado) na condenação, garantindo assim parte da futura execução. Em 31 de dezembro de 2025, o montante é de R\$ 644 (em 31 de dezembro de 2024, o montante é de R\$ 798). **Depósitos Cíveis - garantias:** Depósitos efetuados nos processos cíveis são destinados a garantir, desde logo, os valores que julgamos devidos no processo. Em geral, são efetuados os depósitos para, quando a Companhia entra com uma ação, ou mesmo em defesa, se evite o acréscimo de correção monetária e juros de mora. Em 31 de dezembro de 2025 o montante é de R\$ 9.923 (em 31 de dezembro de 2024, o montante é de R\$ 7.282). Além dos depósitos destacados acima a Companhia possui em 31 de dezembro de 2025 depósitos de natureza tributária no montante de R\$ 1.014 (em 31 de dezembro de 2024, o montante é de R\$ 979).

21. RECEITAS ACCESÓRIAS ANTECIPADAS
As receitas acessórias antecipadas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação referente à locação de infraestrutura de fibra óptica e à ocupação da faixa de domínio e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço prevista no contrato.

Receitas antecipadas	2025	2024
Circulante	10.721	10.335
Não circulante	15.047	15.047
Total	25.768	25.382

Total receita diferida

	31/12/2024	31/12/2025
Custo de captação amortizado	7.824	7.824
Principal	(70.202)	(60.107)
Atualização monetária	-	(60.107)
Juros	-	(88.427)
Provisão juros	-	88.624
Variação monetária	-	5.185
Transferências	-	37.883
31/12/2024	31.736	34.514

22. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO
A Companhia estabelece provisões para grandes manutenções, quando necessário, com o objetivo de quantificar com precisão o passivo, utilizando a melhor estimativa do custo necessário para cumprir as obrigações vigentes na data do balanço. Essas obrigações referem-se à recomposição da infraestrutura aos padrões exigidos pelo poder concedente. Os ciclos de investimento ocorrem aproximadamente a cada cinco anos. A composição dos saldos da provisão para manutenção em 31 de dezembro de 2025 são:

	31/12/2024	Adições	AVP (*)	Consumo	31/12/2025
Passivo circulante	27.886	-	-	-	27.886
Passivo não circulante	46.868	22.993	1.996	-	71.857
Total	74.754	22.993	1.996	-	99.743

	01/01/2024	Adições	AVP (*)	Consumo	31/12/2024
Passivo circulante	48.209	-	-	(20.323)	27.886
Passivo não circulante	28.921	18.405	(458)	-	46.868
Total	77.130	18.405	(458)	(20.323)	74.754

(*) Trata-se do ajuste a valor presente. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu no resultado de doze meses o valor de R\$ 24.989 em provisão para manutenção (em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o valor de R\$ 18.405).

23. PASSIVO DE ARRENDAMENTO
a) Composição dos saldos e movimentação:

	2025	2024
Passivo de arrendamento	20.247	7.191
Saldos iniciais	7.131	3.635
Adições	19.453	6.672
Juros provisionados	1.540	478
Baixas	(233)	-
Pagamento de juros	(1.540)	(478)
Pagamento de principal	(6.104)	(3.176)
Total	20.247	7.191

Passivo circulante 5.752 2.952
Passivo não circulante 14.495 4.179
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu no resultado de doze meses o valor de R\$ 1.540 em juros provisionados de arrendamento (em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R\$ 478). Para os contratos reconhecidos no ano de 2025, aplicou-se a taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Por meio desta metodologia, a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 10,32% a.a. (10,32% a.a. em 2024).

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025 o capital subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.586.775 (R\$ 2.451.400 em 31 de dezembro de 2024), representados por 12.602.598.575 ações (12.602.598.575 ações em 31 de dezembro de 2024), sendo 6.301.299.488 ações preferenciais e 6.301.299.487 ações ordinárias (sendo 6.301.299.488 ações preferenciais e 6.301.299.487 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2024), integralmente subscritas pela Infraestrutura Brasil Holding II S.A. A redução de capital ocorreu em 09 de março de 2025, passando-o de R\$ 2.451.400 para R\$ 1.586.775, através de compensação contra a conta de prejuízos acumulados. Tal operação não altera o número de ações ordinárias e preferenciais da companhia. As ações preferenciais não têm direito de voto e possuem os mesmos direitos de participação nos resultados da Companhia conferidos às ações ordinárias, bem como prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, na hipótese de liquidação da Companhia, e têm, ainda, o direito de participar de ofertas públicas de aquisição de ações, pelo mesmo preço e nas mesmas condições de pagamento autorizadas pelas ações ordinárias. b) Dividendos e juros sobre o capital próprio: A terceira e quarta emissão de debêntures não conversíveis tem em sua escritura como evento que constitui situação de inadimplemento acarretando vencimento antecipado não automático das obrigações decorrentes das debêntures, a proibição em realizar qualquer pagamento aos acionistas, inclusive dividendo mínimo obrigatório, no período compreendido entre a data de emissão e 15 de dezembro de 2035, desde que a emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão; e, ou, qualquer dos índices financeiros (*Covenants*). Em 30 de julho de 2025, o Conselho de Administração em conformidade com o estatuto social e a cláusula mencionada, deliberou a favor da distribuição de dividendos aos acionistas. A distribuição de R\$ 64.854 foi efetivada em 29 de agosto de 2025. c) Reserva legal: A Companhia segue as regulamentações previstas no Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro, limitando-se a 20% do capital social integralizado. Em 31 de dezembro de 2025 foi constituído o montante de R\$ 3.908 a título de reserva legal, correspondendo 5% do lucro líquido do exercício.

25. RECEITAS
A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 31 de dezembro de 2025 e 2024 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza	2025	2024
Receita de pedágio	748.966	685.055
Receitas acessórias	22.256	22.228
Impostos	(66.464)	(61.160)
Receita líquida de serviços	704.858	646.123
Receita de construção (a)	90.734	129.691
Receita total	795.592	775.814

(a) A receita de construção é reconhecida exclusivamente para fins contábeis, nos termos da ICP 01 (IFRIC 12), sem impacto no caixa, pois possui contrapartida integral nos Custos dos Serviços de Construção. Não há incidência de tributos sobre faturamento, uma vez que não há emissão de nota fiscal, tratando-se apenas de reconhecimento contábil da receita e do respectivo custo.

Base de cálculo de impostos	2025	2024
Receitas com serviços	771.322	707.282
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (3%)	(23.140)	(21.293)
Programa de Integração Social - PIS (0,65%)	(5.014)	(4.613)
Imposto Sobre Serviços - ISS (2% a 5%)	(6.820)	(3.075)
Deduções da receita	(66.464)	(61.160)

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	2025	2024
Custo de obra	(90.734)	(129.692)
Provisão para manutenção	(22.451)	(18.404)
Depreciação e amortizações	(231.273)	(227.174)
Pessoal	(78.174)	(68.021)
Serviços terceiros (*)	(44.863)	(46.770)
Poder concedente	(23.140)	(21.281)
Conservação e manutenção	(33.898)	(29.867)
Provisão para contingências	(4.430)	(13.666)
Outros	(632)	(1.014)
Seguros	(3.486)	(3.597)
Outras despesas operacionais	(20.067)	(34.52



Modalidade	Seguradora	Ano	Soma de Limite Máximo de Indenização	Modalidade	Seguradora	Ano	Soma de Limite Máximo de Indenização
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	15/06/2027	743	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	10/03/2028	51
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	21/06/2027	182	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	11/03/2028	34
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	22/06/2027	1.392	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	26/03/2028	34
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	30/06/2027	68	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	02/04/2028	17
Garantia Judicial - Endosso II	Pottencial	01/12/2027	75	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	09/04/2028	34
Garantia Judicial - Endosso III	Pottencial	26/03/2026	502	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	11/04/2028	17
Garantia Judicial - Endosso III	Pottencial	02/12/2026	1.325	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	14/05/2028	17
Garantia Judicial - Endosso III	Pottencial	26/05/2027	623	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	20/05/2028	17
Garantia Judicial - Endosso III	Pottencial	14/06/2027	3.851	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	05/06/2028	17
Garantia Judicial - Endosso IV	Pottencial	08/03/2026	881	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	24/06/2028	34
Garantia Judicial - Endosso IV	Pottencial	29/09/2027	999	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	11/07/2028	51
Garantia Judicial - Endosso IV	Pottencial	13/08/2028	392	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	16/07/2028	34
Garantia Judicial - Endosso VI	Pottencial	20/04/2027	463	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	24/07/2028	17
Garantia Judicial - Endosso VI	Pottencial	18/08/2027	343	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	11/08/2028	36
Garantia Judicial - Endosso VI	Pottencial	20/08/2027	1.007	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	29/08/2028	36
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	28/06/2026	16	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	01/09/2028	18
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	11/07/2026	16	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	02/09/2028	36
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	10/08/2026	16	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	31/10/2028	5
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	22/08/2026	33	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	07/12/2028	16
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	11/09/2026	33	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	14/05/2029	27
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	13/09/2026	16	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	22/08/2029	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	21/09/2026	16	Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	07/10/2029	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	28/09/2026	16	Garantia Judicial - Trabalhista - Endosso I	Pottencial	11/07/2026	82
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	25/10/2026	4	Garantia Judicial - Trabalhista - Endosso I	Pottencial	09/10/2027	17
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	27/11/2026	13	Garantia Judicial - Trabalhista - Endosso I	Pottencial	31/10/2028	10
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	05/12/2026	16	Garantia Judicial - Trabalhista - Endosso V	Pottencial	22/07/2027	1.031
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	03/05/2027	39	Garantia Judicial Trabalhista	Pottencial	08/04/2027	16
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	11/06/2027	16	Garantia Judicial Trabalhista	Pottencial	05/06/2027	16
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	06/08/2027	17	RE Faixas adicionais SP 327	Fairfax	18/11/2027	5.807
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	12/08/2027	17	Responsabilidade Civil	AXA	06/07/2026	51.918
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	16/08/2027	17	Risco Operacional	Tokio Marine	06/07/2026	163.000
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	27/08/2027	171	Riscos Diversos - Equipamentos	Essor	06/07/2026	9.161
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	10/09/2027	17	Seguro Drone Reta - Mini 2 e Phantom 4	AKAD	13/04/2026	736
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	16/10/2027	17	Seguro Patrimonial - 4 Locais	CHUBB	25/11/2026	8.900
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	22/11/2027	51	a) Garantir o cumprimento das funções de ampliação a que se refere o item 29.1 do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário pela malha rodoviária estadual do Corredor Raposo Tavares, correspondente ao lote 16 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008. b) Garantir de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento do valor mensal variável a que se refere o item 29.1.a do Contrato de Concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do corredor Raposo			
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	03/12/2027	34				
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	13/12/2027	102				
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	13/01/2028	17				
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	19/02/2028	34				
Garantia Judicial - Trabalhista	Pottencial	07/03/2028	34				

Tavares, correspondente ao Lote 16 do Programa de Concessão Rodoviárias do Estado de São Paulo, Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008. c) Danos causados a terceiros decorrentes da administração de bem público representado pelo sistema do complexo rodoviário denominado como lote 16, integrante do programa de concessões rodoviárias do Estado de São Paulo que compreende trechos das rodovias SP-225, SP-327 e SP-270. Com seus respectivos acessos, bem como todas as benfeitorias. d) O presente seguro de riscos operacionais tem por objeto garantir, em cada acidente, os prejuízos que o segurado venha a sofrer pertinentes a cada cobertura contratada e expressamente identificadas na apólice, pela ocorrência dos riscos descritos e particularizados nas condições gerais, condições especiais e/ou particulares, observado os limites máximos de indenização fixados para cada cobertura e as disposições legais e demais condições contratuais aplicáveis.

31. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho. Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio. A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

32. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

A seguir relacionamos as transações do exercício que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	2025	2024
Saldo de fornecedor no fim do período	12.516	13.135

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em reunião de conselho de administração realizada em 27/01/2026, deliberou pela distribuição de lucros intermediários, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no montante total de R\$ 60.409.353,85 (sessenta milhões, quatrocentos e nove mil, trezentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos), nos termos do artigo 204 da Lei das S.A. e do artigo 29, alínea b, do Estatuto Social da Companhia a serem pagos à única acionista da companhia, até o final do exercício de 2026.

A DIRETORIA

José Henrique de Ávila - Presidente
Gilson de Oliveira Carvalho - Diretor Financeiro/RI

CONTADOR

Domingos A. B. Mesquita - Contador CRC 1SP286185/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A.
 Bauru - São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio	
Veja a Nota 6.16 (a) e 25 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A receita da Companhia é gerada por um grande volume de transações, de baixo valor individual, decorrente de passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:
Essas transações são controladas por sistema de passagem que são posteriormente sumarizadas e inseridas nos sistemas financeiro e contábil da Companhia. Os valores das tarifas de pedágio são pactuados e reajustados periodicamente baseados no contrato de concessão.	(i) Avaliamos o desenho dos controles internos estabelecidos pela administração para reconhecimento da receita de arrecadação de pedágios, bem como para a inserção das informações do sistema de passagem nos sistemas financeiro e contábil.
Consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria em virtude da relevância da receita de arrecadação de pedágio, do grande volume de transações em distintas praças de pedágio, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita.	(ii) efetuamos testes de reconciliação entre a receita gerada pelo sistema de passagem durante o exercício e os sistemas financeiro e contábil;
	(iii) obtivemos confirmação junto as empresas de arrecadação automática de pedágio, bem como das empresas de custódia de valores, responsáveis pela coleta da arrecadação manual, para o total da receita gerada pela Companhia, e
	(iv) obtivemos o extrato bancário e inspecionamos a totalidade dos recebimentos provenientes da receita de arrecadação do exercício.
	Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os saldos reconhecidos como receita de arrecadação de pedágio, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 27 de fevereiro de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.
 CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Gustavo de Souza Matthiesen

Contador
 CRC SP293539/O-8

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
 04067191000160 Pub: 04/03/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/04/CART1587945304032026.pdf>

Hash: 1772563201d2f2af3268734783b898f1f1dcd89571